

COMUNICAÇÃO O TRABALHO COMUNITÁRIO A PARTIR DAS CRIANÇAS: CONSTRUINDO RAIZES DE CIDADANIA

RUI AMADO¹ (rui-amado@portugalmail.pt) & FLORBELA SAMAGAIO² (florbela@esepf.pt)

¹ Projeto Raiz

² Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

RESUMO

No quadro das políticas sociais ativas apresenta-se um projeto de intervenção socioeducativa, criado no âmbito do Programa Escolhas, um Programa governamental de financiamento de projetos tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social nos territórios abrangidos, conforme vem estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2012. O Programa Escolhas mobiliza práticas de Educação Não Formal conducentes à inclusão social. Práticas de atuação que se procuram estender a toda a comunidade. Trata-se de um programa promotor de projetos de desenvolvimento sociocomunitário em que os projetos são elaborados “à la carte”, respeitando a endogeneidade e a especificidade dos territórios promovendo simultaneamente o empoderamento das populações. O projeto que se apresenta é o Projeto Raiz, um projeto de intervenção sociocomunitária que visa, numa primeira fase, a inclusão social das crianças, jovens e famílias dos bairros de Ramalde e Campinas, da freguesia de Ramalde, Porto.

Palavras-chave: Políticas Sociais, Desenvolvimento Comunitário, Crianças, Cidadania

ABSTRACT

Within the framework of active social policies presents a socio-educational intervention project, set up under the Escolhas Program, a government program project financing protected by the Presidency of the Council of Ministers and integrated into the High Commissioner for Migration, whose mission is to promote social inclusion of children and young people from vulnerable socio-economic contexts, seeking to equal opportunities and strengthening social cohesion in the areas concerned, as is stipulated in Resolution of Council of Ministers No. 68/2012. The Escolhas Program mobilizes No Formal Education practices leading to social inclusion. Practice activities that seek to extend to the whole community. It is a promoter program of community development projects in which projects are designed “à la carte», respecting the endogenous nature and specificity of the territories while promoting the empowerment of people.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como enquadramento fundamental as preocupações em matéria de política social que subjazem ao Estado-Providência. Propõe uma breve apresentação das políticas sociais ativas e, concretamente, uma incursão pelo Programa Escolhas, ao longo das 5 gerações, e procura demonstrar,

exemplificando com o Projeto Raiz, como aquele produz uma dinâmica de atuação socioeducativa que respeita os princípios fundamentais do desenvolvimento local numa dimensão educativa diversificada promovendo uma intervenção junto das crianças e jovens e famílias. Procura-se salientar a ideia fundamental de que o trabalho sociocomunitário junto das gerações poderá possibilitar uma (re) produção cultural facilitadora da inclusão social, através de práticas educativas de âmbito não formal.

Considera-se que a política social poderá *constituir-se* como um contexto de promoção local da cidadania implicando os sujeitos na construção das suas trajetórias de saída da pobreza e da exclusão.

O texto inicia com uma contextualização das preocupações de um Estado-Providência em (re) construção social que procura ativar a participação dos indivíduos como sujeitos de política social. Propõe como objeto de análise uma incursão reflexiva pelas políticas sociais de nova geração, entre elas o Programa Escolhas, e procura demonstrar as virtualidades da política social de base territorial ao serviço do desenvolvimento comunitário. Focaliza a atenção fundamentalmente na questão da construção da cidadania social junto das crianças e jovens destinatários da medida, partindo do pressuposto da necessidade de um trabalho social *localizado* com as novas gerações no sentido de motivar e capacitar para a vida social. Considera as noções de pobreza e exclusão assentes na ideia de privação múltipla, destacando-se as dimensões educacional e relacional patentes nos contextos sociais desfavorecidos.

A presente comunicação equaciona o Programa Escolhas concretamente o Projeto Raiz como uma política social de vocação educadora na construção da cidadania social junto das gerações mais novas, procurando articular com a noção de cidadania social através da participação das crianças em atividades socioeducativas, como contexto privilegiado de inserção social. O Projeto Raiz surge no âmbito do quadro nacional do Programa Escolhas e exemplifica, com os seus procedimentos, possíveis práticas de construção de cidadania infantojuvenil.

Nesta comunicação procura-se ainda “dar voz” à criança apresentando o seu olhar sobre o próprio projeto. Considera-se que *escutar as crianças* constitui um mecanismo fundamental de monitorização das influências das práticas levadas a cabo pelo projeto em questão junto da sua população-alvo.

Finaliza-se com a apresentação de algumas notas conclusivas sobre a relação entre o Projeto Raiz e o desenvolvimento sociocomunitário.

1. DESAFIOS DE UM ESTADO-PROVIDÊNCIA: A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS ATIVAS

“Nunca o mundo necessitou tanto de um pensamento renovador, de uma nova filosofia de ação como nesta época em que o processo histórico se acelera de maneira estonteante e tudo se faz não através da evolução progressiva mas através de bruscas explosões arrasadoras.”

Josué de Castro, 1968¹

Na contemporaneidade, a incerteza e o risco instalaram-se um pouco por toda a Europa² (Beck, 1998; Bauman, 1999; Bourdieu e Wacquant, 2000; Rodrigues, 2013). Vive-se uma crise estrutural que se prende com a reconfiguração das fragilidades humanas e sociais assim como um esgotamento tendencial do modelo de desenvolvimento dominante, assente na lógica capitalista, liberal e neoliberal. Estamos

¹ Josué de Castro, *A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo*, texto nº 1, Itau, 1968, pág. 8.

simultaneamente perante uma retração dos sistemas sociais de proteção baseados nos valores da igualdade e da universalidade. O Estado-Providência enfrenta desafios, entre eles o da (in) sustentabilidade, procurando, apesar de tudo, restabelecer os laços e os liames sociais e comunitários. Esta tarefa de (re) modelação do Estado-Providência abre a história do segundo milénio. As metas europeias para 2020 visam reforçar a coesão social, o que passa necessariamente por respostas eficientes aos problemas sociais, entre eles, a pobreza e a exclusão social na infância. Estas preocupações fazem-se sentir, de forma generalizada, um pouco por toda a Europa (Giddens, 1999) assim como na sociedade portuguesa (Barreto, 1997; carreira, 2002; Mendes, 2005, 2011). Para Mozzicafreddo o “Estado-Providência é caracterizado como sendo um fenómeno geral de modernização, como um produto, por um lado, da crescente diferenciação, desenvolvimento e extensão das sociedades e, por outro, como um processo de mobilização social e política” (Mozzicafreddo, 2002: 5). Neste sentido, e muito concretamente no que concerne à mobilização social, torna-se crucial a emergência de novas formas de contratualização social, implicando o indivíduo enquanto sujeito de política social, mobilizando-o para práticas construtivas de cidadania na sua trajetória de saída da exclusão. Nesta linha de pensamento, podemos afirmar que o Rendimento Mínimo Garantido, mais tarde Rendimento Social de Inserção, e posteriormente o Programa Escolhas inaugura uma nova geração de políticas sociais em Portugal, centradas no indivíduo e na sua inserção social.

1.2. A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA SOCIAL EDUCADORA RELATIVAMENTE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL INFANTO-JUVENIL: SEMENTES DE CIDADANIA

A pobreza e a exclusão social, assim como as desigualdades sociais, constituem realidades estruturais da vida das sociedades.

Atualmente, pobreza e exclusão social andam lado a lado, embora sendo fenómenos concetualmente diferentes. A pobreza constitui um fenómeno multidimensional, fortemente debatido e a exclusão social constitui, por sua vez, um conceito – horizonte que emerge recentemente na sociedade portuguesa. Não pretendemos aprofundar as diferenças concetuais existentes entre eles, mas sim salvaguardar a complexidade das noções em causa. A noção de *privação* constitui uma ideia comum. A privação poderá ser material, educacional, relacional, cultural, entre outras dimensões. Seguramente que se trata igualmente de uma noção multidimensional. Interessa-nos muito particularmente as dimensões educacional e relacional na construção da cidadania infantil. Torna-se urgente capacitar as gerações mais novas para trajetos de saída da pobreza e da exclusão, construindo cidadania e contrariando a reprodução social e cultural daqueles fenómenos. Deste modo, o nosso enfoque centra-se numa política social que promove, de modo territorializado, a construção da cidadania junto das crianças e dos jovens. Para Marshall existem três tipos de cidadania: política, civil e social (Marshall, 1967). Centremos a nossa atenção na noção de cidadania social. Relativamente a esta, o autor esclarece. “O elemento social da cidadania é constituído, por seu lado, pelo conjunto de direitos relativos ao bem-estar económico e social, desde a segurança social até ao direito de partilhar do nível de vida segundo os padrões prevaletentes na sociedade” (Mozzicafreddo, 2002: 180).

Os direitos sociais foram, do ponto de vista histórico, os últimos a surgirem nas sociedades ocidentais. No nosso país, apesar de se começarem a desenhar, ainda que timidamente, nos anos sessenta, nomeadamente no que concerne ao acesso aos sistemas de educação e de saúde, eles conhecem uma verdadeira implementação apenas a partir dos anos oitenta. Os direitos sociais prendem-se diretamente com a noção de integração social. Eles constituem um conjunto de direitos que permitem o acesso aos recursos existentes assim como às condições sociais vigentes. “A cidadania social pode assim ser definida, em termos latos, como os direitos e os deveres fixados pela lei: nas sociedades modernas, os

programas de segurança e proteção social e os serviços de saúde e de educação, os seguros de acidentes de trabalho e de desemprego constituem o essencial dos direitos de cidadania social do Estado-Providência” (Idem: 181). A consagração do exercício dos direitos sociais possibilita uma postura ativa do cidadão reforçando a integração social do indivíduo. Se por um lado o Estado-Providência alarga os direitos sociais a todos os cidadãos, por outro interessa saber até que ponto o indivíduo *sabe participar* na cidadania social e em que medida, *se, não sabe participar*, como educar para a participação e a cidadania social? Surge a questão orientadora deste texto: como construir a cidadania social junto das crianças e dos jovens?

Os direitos sociais constituem uma aprendizagem social, ou seja, fazem necessariamente parte do processo de socialização. A igualdade e ou a equidade, objetivos fundamentais do Estado-Providência, implicam um processo de ensino e aprendizagem, *educador* por excelência, que poderá ser concretizado ao nível da implementação das próprias políticas sociais. A cidadania deve ser perspectivada de forma global. É composta pelas três dimensões de Marshall. Assim, a aprendizagem dos direitos sociais pode ajudar a exercer os direitos civis e políticos, contudo, o desenvolvimento destes também poderá, por seu lado, facilitar, através da implementação de políticas, o exercício pleno daqueles. Podem ocorrer ajustamentos complexos.

A noção de cidadania é vasta e complexa e ainda mais problemática quando aplicada à criança e ao jovem, não só pela questão da *menor idade* como também pela ausência de participação cívica e, desde logo, política. A construção pessoal e social da cidadania faz parte integrante do processo de socialização.

A criança constitui um ser em desenvolvimento, como qualquer indivíduo adulto, empreende ações e desenvolve intervenções juntamente com os pares e os adultos. A socialização assume-se simultaneamente como processo de incorporação do *habitus* e de construção social da realidade.

A noção de cidadania social aplicada à infância e à juventude é indissociável da noção de participação social. Há que reforçar a ideia da criança como ser socialmente competente (Corsaro, 1992, 1993; Prout, 2005) dando continuidade à inauguração dum novo paradigma.

Em Portugal, essencialmente a partir dos anos 90, os sociólogos começaram a ensaiar este novo paradigma. Teresa Vasconcelos (2006), por exemplo, salienta a importância do jardim-de-infância como contexto social e educativo privilegiado para a aprendizagem das normas democráticas por parte das crianças e chama a atenção para a necessidade da implementação do mesmo paradigma no nosso país: “Num trabalho recentemente apresentado por Manuel Jacinto Sarmento (2006) sobre uma concepção alternativa de uma cidadania da infância, é introduzido o plural cidadanias, descrevendo-se vários tipos de cidadania. Sarmento começa por abordar a ideia de cidadania social, baseado na nova «sociologia da infância» e na construção de uma «ideia» de infância contraposta à existência de vários tipos de infância. Afirma a importância de aceitar a voz das crianças como expressão legítima de participação na vida da «cidade». Sendo assim, na esteira do mesmo autor, podemos reiterar a ideia de que escutar a voz da criança constitui uma prática de participação social, no território empírico em questão, mediante o contacto direto com os atores locais dos *Projetos Escolhas* e numa lógica de socialização construtivista entre pares.

De facto, em Portugal, temos vindo a assistir a experiências de trabalho no sentido de valorização do papel social da criança como ser socialmente competente. São vários os autores que constituem exemplo da defesa e aplicação dessas práticas. Entre eles poder-se-ão destacar, numa fase inicial e em termos de investigação aplicada Sílvia S. Saramago (2001) e Manuel J. Sarmento (2000, 2004) e Almeida (2000,

2009). Estes autores têm seguido as perspetivas recentes da sociologia internacional (James e Prout, 1990; Corsaro, 1993), neste domínio, embora com *colorações* relativamente diferenciadas.

O presente texto pretende defender a potencialidade de uma educação para a cidadania social junto da criança e do jovem, no contexto de uma política social – o Programa Escolhas, no sentido de contrariar a reprodução social da pobreza e da exclusão social. De facto, poderemos questionar de que modo o Estado-Providência opera no sentido da educação para a cidadania social? Mais, concretamente ao nível das gerações mais novas, “empoderadas”, no sentido de combater a reprodução social da pobreza e da exclusão?

Temos vindo a constatar uma necessidade premente do Estado em produzir políticas sociais, de natureza educativa ou *educadora* para a cidadania social, no sentido de combater ativamente a pobreza e a exclusão social, facultando às populações condições de bem-estar, promotoras da qualidade de vida.

É com base na participação dos destinatários das políticas sociais que se conseguirá combater o tradicional *assistencialismo* que, frequentemente, envolve as políticas públicas, relativamente instalado na intervenção social, neste domínio. As práticas de natureza assistencialista marcaram uma época de espírito de *caridade* junto da população. Atualmente, no domínio do trabalho social junto das populações pobres, procura-se acelerar a mudança de paradigma. Assim, a intervenção social deixa de estar unicamente assente na força do Estado, enquanto estrutura política, e passa a implicar o sujeito na construção dos seus próprios projetos de vida. Amartya Sen (2001), ao procurar relacionar democracia, liberdade e desenvolvimento, chama a atenção para a importância do cidadão, enquanto ser composto por direitos e deveres efetivos. Assim, deve o Estado protetor apoiar o indivíduo desde que ele seja não apenas *objeto* de intervenção, mas, fundamentalmente, sujeito construtivo no processo de resgate da sua vida e ou construção da sua autonomia. De facto, a racionalização crescente da sociedade ocidental conduziu a uma relativa burocratização do trabalho social que, por vezes, deixa de lado o próprio indivíduo e a sua liberdade. Para A. Teixeira Fernandes, “O homem moderno é cioso dos seus direitos, desejoso de desenvolver as suas faculdades” (Fernandes, 1997: 363). Na nossa perspetiva, as instituições deverão garantir aos indivíduos, enquanto sujeitos de direitos e deveres, as condições da sua participação, pois Estado e cidadão constituem um só.

A invisibilidade social constitui sinónimo de exclusão: as crianças são o grupo geracional mais afetado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pela insuficiência das políticas públicas. De facto, as crianças e os jovens têm constituído uma categoria social relativamente esquecida no tocante aos direitos de participação na vida social, (des) favorecendo a operacionalização da Convenção dos Direitos da Criança. As tendências ideológicas do mundo atual ocidental vão no sentido de uma inclusão gradual das crianças no acesso e exercício dos direitos sociais. “A cidadania da infância (...) assume um significado que ultrapassa as concepções tradicionais, na medida em que implica o exercício de direitos nos mundos de vida, sem obrigatoriamente estar subordinada aos dispositivos da democracia representativa” (Sarmiento, 2007:189).

A minimização das situações de pobreza e de exclusão social passa por um alargamento do exercício efetivo dos direitos/deveres. E há que reforçar a ação do Estado, da escola e da família na promoção da cidadania. Neste sentido, torna-se fundamental a existência de projetos de desenvolvimento comunitário, com uma base territorializada, como o Projeto Raiz, criado no âmbito nacional do Programa Escolhas.

Entendemos a noção de participação numa perspetiva integradora, ou seja, participar é *inserir-se*.

A inclusão do conceito de participação, por parte dos beneficiários, nas políticas sociais portuguesas, acontece por influência da própria evolução das políticas europeias. Em 1986, aquando da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, o nosso país adere aos Programas Europeus de Luta

Contra a Pobreza. Na sua 2ª geração, este Programa refere a participação dos beneficiários como pressuposto, mas na sua 3ª geração, a participação aparece como um dos três princípios estratégicos a colocar em prática a par com a multidimensionalidade dos fenómenos e a lógica do partenariado.

A inserção social em projetos de intervenção, no âmbito da conceção de política social em Portugal, inicia-se com o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e com o Rendimento Social de Inserção (RSI). Esta medida de política social tem como uma das suas principais características, e que se considera inovadora, de associar à tradicional prestação pecuniária, um plano de inserção. A questão da inserção é central na medida e não pode haver inserção social do indivíduo sem a participação do próprio. De referir que a própria Lei Base da Segurança Social - Lei 4/2007 de 16 de Janeiro – refere no seu artigo 12.º, o princípio da participação, como um princípio geral do sistema. A proatividade constitui um dos aspetos fundamentais na construção de uma nova cultura de trabalho social com o destinatário, onde a relação social poderá assumir um papel fundamental (Pereirinha, 2008). A questão da participação social, em projetos de desenvolvimento comunitário, deverá ter em linha de conta as especificidades territoriais, sociais e culturais atendendo à endogeneidade dos territórios e das populações locais. Nesta visão, não encontramos lugar para uma *standardização* de políticas sociais, elaboradas e implementadas sem ter em linha de conta as particularidades dos níveis mais micro de intervenção social. Ninguém conhece melhor os problemas do desenvolvimento local do que as populações locais que os enfrentam diariamente. São os atores principais.

A participação do indivíduo tem que ser voluntária, ou seja, devemos suscitar nas populações o desejo e a necessidade de mudança.

A participação das populações constitui um dos pressupostos do desenvolvimento social e político. É assim, no pensamento de Touraine (1996). De facto, o exercício da democracia só será possível se os indivíduos forem sujeitos da sua própria história. Condições de vida, liberdade e democracia constituem dimensões relacionadas. Não se pode realizar a subjetividade humana se não houver a satisfação das necessidades de vida assim como o exercício dos direitos sociais. Para Fernandes “Quanto mais baixas são as condições de vida das populações e menos elevado é o seu nível cultural, mais atuantes tendem a ser também as ideologias legitimadoras. Um povo verdadeiramente culto parece comportar-se de forma menos passiva face ao exercício do poder. A renovação social e cultural conduz inevitavelmente à alteração dos processos e dos métodos políticos” (Fernandes, 1997:408). Nesta linha de pensamento, a política social poderá exercer uma função educadora ao envolver as populações na condução dos seus próprios destinos, contribuindo para a construção da cidadania social. A Educação Não Formal pode constituir um espaço privilegiado de educação para a cidadania social. A estratégia dos atores³ pode possibilitar novos campos de exercício da democracia. Um deles, é sem dúvida, o nível local de intervenção social, indo diretamente ao encontro das necessidades efetivas da população. Ao empowerment político parece surgir o empowerment social. Assim, e no pensamento de A. Touraine (1996), a democracia será a luta dos sujeitos contra a lógica dominante dos sistemas, neste caso, a especificidade dos indivíduos e dos atores “contra” a *standardização* da conceção e da implementação das políticas sociais, mas numa lógica de atuação consensual. Estado e indivíduo terão de se construir continuamente em parceria. As regiões, as comunidades e as pessoas têm lógicas de atuação próprias e especificidades intrínsecas. Deve a política social ter esses fatores em consideração. Os diagnósticos sociais constituem um documento valioso de orientação das políticas sociais. Estas, emanadas do Estado-Providência, ajustar-se-ão melhor ao nível local de intervenção.

A participação é um processo, gradual, que se aprende, sendo necessário iniciar uma pedagogia da participação. De facto, as políticas de inserção social *ativas* possuem fortes probabilidades de combater quer o assistencialismo quer a reprodução social do fenómeno da pobreza e da exclusão social, pois fornecem, segundo Rosanvallon, as bases para um novo contrato social (Rosanvallon, 1995). Suscitam

a aprendizagem de competências, por parte do indivíduo, em ordem à autonomia. É como afirma Mozzicafreddo: “O elemento social da cidadania não se refere à capacidade de executar os direitos de cidadania, mas sim às possibilidades de atribuição de recursos e capacidades necessárias ao exercício desses direitos” (2002: 182). Mais uma vez, se reforça a necessidade educadora. Neste sentido, relembramos a importância da implementação do fator educativo na capacitação para os direitos sociais.

Na viragem do milénio, o Programa Escolhas aprofunda a questão da participação social, neste caso, das crianças e jovens.

A política social pode constituir uma plataforma educativa no sentido de capacitar para o exercício da cidadania. Estamos perante um processo circular e contínuo. O trabalho social deve começar por escutar e diagnosticar situações reais. O conhecimento obtido com base na realidade, implicando os atores sociais, por seu lado, possibilita através da existência de espaços educadores, a promoção da capacitação do indivíduo para a cidadania. A estimulação da capacitação cidadã implica necessariamente uma ação social educativa e promove a inserção social.

2. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLHAS

A área da intervenção e solidariedade social em Portugal foi marcada, durante a década de 2000, pela ação do Programa Escolhas. O Programa Escolhas é um programa governamental promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações - ACM, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social (Regulamento do Programa Escolhas), sendo um agente financiador de projetos de inclusão e solidariedade social. O programa encontra-se atualmente na sua 5ª Geração, tendo sido criado no ano 2001 pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) nº 4/2001 e decorrendo a sua primeira fase entre 2001 e 2004.

Nesta fase inicial, o Programa Escolhas seria apenas implementado nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, focando a sua intervenção na população juvenil oriunda de bairros de habitação social – o programa foi implementado em 53 bairros sociais dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Nesta primeira geração do Programa Escolhas, a sua filosofia de intervenção assentava numa matriz centralizadora das políticas sociais públicas, passando por ser o próprio programa a promover e a coordenar os diversos projetos de inclusão social e as equipas técnicas, através da contratação a nível central dos coordenadores do programa e das próprias equipas de técnicos que iriam atuar no terreno.

Esta dinâmica foi, também, desde o início, desenvolvida numa lógica de parceria, tendo sido contactadas dezenas de instituições locais de cariz público e privado e dezenas de técnicos e agentes sociais que já trabalhavam nestes territórios com a população juvenil, no sentido de se agilizarem esforços de modo a serem construídos os diferentes projetos de intervenção local. Este trabalho inicial desenvolveu-se na prática através da constituição de redes de parceria informais com as diversas instituições que já operavam nos territórios estipulados para a intervenção do Programa Escolhas. As instituições eram convidadas a participar na criação dos projetos através de um trabalho em parceria com o programa, realizando em conjunto diagnósticos sociais prévios à intervenção. Destes diagnósticos estipulavam-se as principais linhas orientadoras dos projetos que correspondiam às principais problemáticas da população juvenil dos territórios. Assim, a partir dessas problemáticas eram construídos os projetos de intervenção local que eram operacionalizados por equipas de técnicos contratadas pelo Programa Escolhas e coordenados pelos respetivos coordenadores do programa.

No ano 2004, a filosofia de intervenção do Programa Escolhas é reformulada a nível governamental, ocorrendo uma série de mudanças estruturais na lógica de funcionamento que lhe estava subjacente, deixando de ter uma ação direta na intervenção e passando a ser um programa de financiamento de projetos de intervenção local, promovendo para esse efeito concursos plurianuais de candidaturas ao seu financiamento. Deste modo, o Programa Escolhas descentraliza a sua ação, dando à sociedade civil e às instituições locais públicas e privadas a possibilidade de se candidatarem ao seu financiamento através da apresentação de candidaturas de projetos de intervenção social em concurso público.

Neste novo modelo, o programa passa a ter âmbito nacional abrangendo projetos que trabalhem com populações juvenis oriundas de meios urbanos e rurais, deixando a tónica da intervenção apenas dirigida a populações juvenis oriundas de bairros de habitação social, passa a ser de cariz obrigatório a apresentação de projetos promovidos numa lógica de redes de parcerias locais (consórcios com um mínimo de três instituições) e a coordenação técnica, a contratação das equipas técnicas afetas aos projetos e a gestão financeira da intervenção passam a ser da responsabilidade dos consórcios através das instituições promotoras e gestoras dos projetos. O programa muda a sua designação para Programa Escolhas 2ª Geração, passa a ser tutelado pelo então Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e decorre entre 2004 e 2006. Seguir-se-ia o Programa Escolhas 3ª Geração, com a atribuição de financiamentos para o período entre 2007 e 2009, o Programa Escolhas 4ª Geração, com a atribuição de financiamentos para o período entre 2010 e 2012 e, atualmente, o Programa Escolhas 5ª Geração que decorre desde 2013 e terminando este financiamento em 2015. É, assim, no âmbito do Programa Escolhas que surge o Projeto Raiz.

2.1 O CASO DO PROJETO RAIZ

O Projeto Raiz é um projeto de intervenção sociocomunitária que visa a inclusão social das crianças, jovens e famílias dos bairros de habitação social de Ramalde e das Campinas, da freguesia de Ramalde, concelho do Porto. O projeto foi criado em 2002 no âmbito do Programa Escolhas 1ª Geração e, neste período inicial, a sua intervenção local foi sendo construída em diferentes etapas e seguindo o modelo de intervenção estipulado pelo próprio Programa Escolhas.

Assim, numa primeira fase foi desenvolvido um trabalho de envolvimento das diversas instituições locais da comunidade de Ramalde no projeto através do estabelecimento de parcerias informais com estas instituições, tendo sido elaborado em conjunto um diagnóstico social sobre as problemáticas sociais da população dos bairros de Ramalde e das Campinas que culminou na planificação de um plano de intervenção com a respetiva implementação e execução das atividades e ações nele previsto, sendo uma resposta possível aos problemas enunciados no diagnóstico social realizado.

No diagnóstico social destacaram-se como problemáticas mais relevantes na população infantil e juvenil problemas derivados do insucesso, absentismo e abandono escolar, geradores de baixos níveis de escolaridade nesta população e reprodutores do ciclo geracional de desvalorização da instituição “Escola” e da ausência de perspetivas profissionais e pessoais a longo prazo, que se traduziam num modo de vivência associado a uma prática de socialização baseada no contexto “rua”, de uma vivência virada para o imediato e muito centrada no seio do grupo de pares, originando práticas e comportamentos considerados de risco e um potencial percurso desviante junto desta população. Igualmente, foi destacado neste diagnóstico social a desestruturação do sistema familiar, originando laços precários nas relações familiares e défices de responsabilização parental que se constituem como fatores de fragilização e de rutura do sistema familiar, afetando desde logo a população infantil e juvenil. A realização do diagnóstico social da população levou-nos a ter uma visão global da sua realidade social, o que originou uma perceção

de que as problemáticas no seio da população infantil, juvenil e familiar estão intimamente relacionadas umas com as outras, gerando e dando continuidade a um ciclo de exclusão social ao longo do tempo. Deste modo, foram estas problemáticas detetadas no diagnóstico social que orientaram a ação e a intervenção do Projeto Raiz no sentido de responder às necessidades e aos problemas concretos da população infantil e juvenil, privilegiando-se uma visão global dos problemas e das suas causas estruturais.

Nesta fase inicial, o projeto era coordenado diretamente pelo Programa Escolhas através da equipa de coordenadores do distrito do Porto e contava no terreno com uma equipa de dois técnicos da área das ciências sociais e humanas, um animador sociocultural e um Jovem Mediador Urbano (figura inovadora até então que previa nas equipas técnicas do Programa Escolhas a existência e a participação de um jovem oriundo dos próprios territórios de implementação do programa, assumindo as funções de monitor na equipa técnica). O Projeto Raiz manteve a sua intervenção junto das crianças e jovens dos bairros de Ramalde e das Campinas nestes moldes até 2004, focando a sua intervenção no desenvolvimento de competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas junto desta população juvenil e dinamizando inúmeras ações e atividades estruturantes ao nível do apoio escolar, da ocupação de tempos livres, da animação sociocultural, expressões artísticas, intercâmbios juvenis, visitas de estudo, entre outras. Estas atividades eram dinamizadas pela equipa técnica de terreno do Programa Escolhas com a colaboração das instituições locais, no âmbito das parcerias estabelecidas, com destaque para o apoio de um grupo de professores e alunos voluntários do Colégio de Nossa Senhora do Rosário (Obra Social do Sagrado Coração de Maria) que participavam ativamente na dinamização das atividades de cariz escolar. Em 2004, o Projeto Raiz assegurou a sua continuidade com a aprovação da candidatura apresentada ao Programa Escolhas 2ª Geração sendo promovida pela Obra Social do Sagrado Coração de Maria juntamente com um consórcio de instituições da freguesia de Ramalde, sendo financiado pelo programa no período entre 2004 e 2006, e sendo renovado o seu financiamento para o triénio entre 2006 e 2009, para o triénio entre 2010 e 2012 e, atualmente, no triénio que decorre entre 2013 e 2015.

O Projeto Raiz é, assim, tutelado pela Obra Social do Sagrado Coração de Maria desde o ano 2004, sendo os parceiros que constituem o consórcio do projeto as seguintes instituições: a Junta de Freguesia de Ramalde, o Agrupamento de Escolas do Viso, a Paróquia de Ramalde, a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, a Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina, a Obra do Frei Gil – Porto e a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa-Porto. Estas instituições evidenciam-se pela sua experiência comunitária e trabalho social desenvolvido na comunidade e em prol da população de Ramalde, o que sempre exerceu um efeito potenciador no Projeto Raiz, conferindo-lhe uma maior valorização, abrangência e polivalência para a sua intervenção. A principal mais-valia do Projeto Raiz reside, assim, no capital de experiência já adquirido ao longo da sua intervenção desde 2002 e no carácter integrador desta intervenção junto da população infantil, juvenil e familiar mais desfavorecida dos bairros de Ramalde e das Campinas. Por outro lado, na dinâmica de intervenção do projeto estão envolvidos diversos atores sociais das instituições do consórcio que contribuem e participam na dinâmica do projeto – técnicos, monitores, professores, entre outros. Além disso, o projeto também articula a sua intervenção com outros agentes e instituições de cariz social que atuam na comunidade de Ramalde, partilhando saberes, criando sinergias comuns e estabelecendo uma rede de apoio social em prol da sua população.

Com este consórcio de instituições do Projeto Raiz, a matriz teórico-prática do projeto reformula-se profundamente, passando a estar enquadrada numa matriz de pedagogia social que levou a um novo paradigma na ação do Projeto Raiz permitindo um enriquecimento científico e humano sem precedentes até então, com um ganho significativo de qualidade na sua intervenção e na relação humana com os seus participantes (destacamos o contributo da unidade de pedagogia social da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa-Porto).

Os projetos socioeducativos, tal como referem Carvalho e Baptista (2004), devem nutrir respeito pelas solidariedades naturais das populações – hábitos de ajuda, práticas de cooperação, experiências de altruísmo, reconhecimento de valores e laços comunitários. E, por outro lado, devem construir uma cooperação ativa entre as redes primárias e as redes secundárias das comunidades. Considerando estes pressupostos, podemos afirmar que o Projeto Raiz assume na sua essência estes valores como algo de fundamental na sua intervenção para o conhecimento positivo das potencialidades da sua população, nomeadamente, as práticas de solidariedade entre as pessoas, a autonomia face à resolução de problemas pessoais, a capacidade de ser recetivo à mudança pessoal e social, a capacidade de diálogo e saber ouvir, ser uma comunidade com um espírito de hospitalidade e de ter uma participação ativa no âmbito do Projeto Raiz. Assim, tendo por base uma matriz axiológica radicada na pedagogia social, de promoção dos valores e da dignidade humana, da cidadania e dos direitos individuais e coletivos, o Projeto Raiz incide a sua intervenção em três eixos fundamentais:

- 1) Educação e Formação;
- 2) Participação Social e Comunitária;
- 3) Mediação Familiar.

No primeiro eixo dinamizam-se ações estruturadas que promovem o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais nos participantes, facilitadoras dos seus percursos escolares, formativos e profissionais e promovendo processos de mudanças comportamentais positivos.

No segundo eixo dinamizam-se ações de promoção da cidadania, fomentando a aquisição de competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas através de atividades de educação não-formal, contribuindo para a ocupação lúdico-pedagógica dos participantes.

No terceiro eixo dinamizam-se ações de acompanhamento das famílias numa perspetiva de aperfeiçoamento das relações estabelecidas com os seus educandos e com a comunidade envolvente e promovendo a corresponsabilização dos familiares no processo de crescimento, educação e formação dos seus educandos. Neste sentido, as boas práticas inerentes à ação do projeto reforçam os laços de proximidade humana desenvolvidos na comunidade de Ramalde e promovem processos de inclusão e de mudança positiva junto da população infantil, juvenil e familiar dos bairros de Ramalde e das Campinas.

Relativamente aos objetivos gerais do Projeto Raiz, eles encontram-se em associação com estes eixos de intervenção, formando um todo coeso e dinâmico, essencial para a ação sociocomunitária do projeto. Assim, os objetivos gerais do projeto são:

- a) Promover competências pessoais e sociais na área da educação escolar que estimulem o gosto pelas aprendizagens significativas, fortalecendo a ligação à instituição “Escola” e facilitando os processos de inclusão social;
- b) Promover a participação social e comunitária através de práticas de educação não-formal, prevenindo comportamentos de risco e desviantes e desenvolvendo competências pessoais, sociais, relacionais e afetivas;
- c) Reforçar o sentido de responsabilidade no sistema familiar, promovendo laços de afetividade, proximidade, comunicação, solidariedade e respeito, potenciando as dinâmicas de cooperação social e de boa vizinhança.

A dinâmica da intervenção do Projeto Raiz passa, no terreno, por implementar junto da população participante um conjunto de atividades diversificadas, de cariz pedagógico, formativas, de educação não-formal, ocupacionais e, sobretudo, promotoras do desenvolvimento de competências pessoais, de comportamentos positivos e estruturadoras de valores.

Deste modo, apresentamos a Tabela 1 com alguns exemplos das atividades mais significativas do projeto, de cariz escolar/formativo, educação não-formal e mediação familiar:

Atividades	Descrição das Atividades
Centro de Estudos	Atividade de apoio escolar e pedagógico de promoção do estudo no sentido de prevenir o insucesso escolar e motivar para o interesse pelos conteúdos escolares. Ação de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e escolares direcionadas para a valorização da instituição “Escola”.
Apoio Escolar Individual/ Tutoria Educativa	Atividades de apoio, acompanhamento e mediação escolar que têm sido um contributo muito importante para a melhoria do desempenho escolar dos participantes, desenvolvendo as suas competências escolares, melhorando os seus métodos de estudo, prevenindo o absentismo escolar e levando a um aumento do seu sucesso escolar.
Oficinas de Ocupação de Tempos Livres/ Formação Pessoal e Social	Atividades lúdico-pedagógicas e formativas que contribuem para a promoção de relações interpessoais positivas e estruturadas entre os participantes do projeto. Nestas atividades são promovidas, num contexto de educação não-formal, um conjunto de competências pessoais e sociais junto dos participantes (respeito, assertividade, cumprimento de regras, trabalho em equipa, entreajuda...) que lhes permitem desenvolver comportamentos positivos, ao mesmo tempo que os seus tempos livres são ocupados de uma forma pedagógica, minimizando assim comportamentos desviantes.
Oficinas de Artes/Atividades de Enriquecimento Curricular	Atividades em que os participantes são integrados num contexto de educação artística e em valências disciplinares que promovem o gosto pela educação, o enriquecimento pessoal, a motivação, a autoestima, a autonomia e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais – teatro, música, dança, artes plásticas, capoeira, karaté, natação, entre outras.
Mediação Familiar	Atividades que contribuem para a promoção das relações entre o projeto e os familiares, construindo-se relações de proximidade positivas e estruturadas. O desenvolvimento de relações positivas entre o projeto e os familiares tem sido fundamental para estabelecer as relações de proximidade, de confiança, de respeito mútuo e de solidariedade necessárias para a execução das atividades do projeto junto dos familiares.
Formação Parental/Apoio Social	Atividades de promoção de competências pessoais e parentais e de estabelecimento de relações positivas no sistema familiar, promovendo competências parentais facilitadoras de relações afetivas (respeito intergeracional, escuta ativa, relações de afetividade, organização de horários/rotinas, alimentação saudável, cuidados de saúde/hábitos de higiene, gestão de orçamento familiar...). O projeto assume-se como agente de mediação entre os familiares, os seus educandos e outros atores sociais, promovendo a resolução de problemas intrafamiliares, apoiando os familiares na resolução dos seus problemas quotidianos e mantendo uma ação de solidariedade junto das famílias mais carenciadas da comunidade (campanhas de angariação de alimentos, distribuição de cabazes alimentares...).

Tabela 1: Atividades do Projeto Raiz

Conforme surge evidenciado nas sucessivas avaliações realizadas ao projeto pelo Programa Escolhas no final de cada geração de financiamento, onde o Projeto Raiz surge sempre qualificado com a avaliação de “Muito Bom”, estas atividades têm permitido alcançar resultados muito positivos junto da população juvenil e familiar participante. Deste modo, no grupo de participantes “crianças e jovens” destacamos o contributo positivo do projeto na promoção do sucesso escolar, na prevenção do absentismo e do abandono escolar, na mediação entre a “Escola”, os alunos e os seus familiares, contribuindo para o desenvolvimento de relações de proximidade entre estes atores e para a valorização da instituição “Escola”

junto desta comunidade, na promoção de competências pessoais e sociais nas crianças e jovens que lhes permitem ter um desenvolvimento pessoal positivo e saudável e com comportamentos normativos, na prevenção de fatores de risco e de comportamentos desviantes no quotidiano das crianças e jovens, na integração de jovens em processos educativos, formativos e profissionais que permitem a construção de projetos de vida positivos e na ocupação dos tempos livres das crianças e jovens de forma lúdica e pedagógica contribuindo para relações positivas juntos dos grupos de pares. No grupo de participantes das “famílias”, o projeto tem desenvolvido toda uma ação de promoção de competências pessoais e parentais que têm permitido a aprendizagem de práticas positivas na construção dos relacionamentos inter-pessoais entre as famílias e os seus educandos. Por outro lado, a ação do projeto junto das famílias tem sido geradora de relações positivas e estruturadas dentro da própria comunidade, contribuindo para relações de proximidade dentro dos grupos familiares.

3. ESCUTANDO AS CRIANÇAS E OS JOVENS

Seguem-se alguns exemplos de testemunhos de jovens participantes demonstrativos da dinâmica sociocomunitária do Projeto Raiz, promovida junto da população infantil, juvenil e familiar da comunidade dos bairros de Ramalde e das Campinas. Para percebermos melhor a importância do Projeto Raiz para a população juvenil dos bairros de Ramalde e das Campinas, recolhemos o testemunho de três jovens participantes no projeto retirados da publicação “365 Histórias de Vida - 10 Anos de Programa Escolhas”, editada pelo Programa Escolhas em 2011 para comemorar os dez anos de existência do programa:

“No Raiz descobri novos lugares, cidades, visitei monumentos que desconhecia, fiz amizades e conheci pessoas que marcaram a minha vida pela positiva. Através das actividades do projecto, descobri capacidades em mim que nunca sequer imaginei ter, nomeadamente, a minha facilidade em lidar com os mais novos”.

“Os moradores do meu bairro têm beneficiado muito com o projecto. Crianças, jovens e adultos estão envolvidos em iniciativas que as levam a novas aprendizagens e a uma vida melhor”.

Fábio Gomes, 2011

“O Projecto Raiz descobriu as minhas fortes potencialidades para atingir um nível escolar muito elevado e fez com que eu tivesse a hipótese de ir estudar para um dos melhores colégios da cidade do Porto. Acreditaram nas minhas capacidades e recebi uma bolsa de estudo... fui escolhida pelo meu mérito escolar, sendo essa a minha principal vitória pessoal”.

“No bairro, penso que a intervenção foi crucial para uma melhoria na vida de todos, crianças, jovens e adultos. As pessoas estão diferentes e caminham para serem cidadãos de valor. Acredito nos resultados do projecto e, sempre que posso, colaboro em todas as actividades”.

Brígida Lobo, 2011

“O projecto ajudou-me a perceber que todas as pessoas têm valor, mesmo que a sua situação financeira não seja boa. Nas mãos do Raiz todos podem ter oportunidades. Sou melhor cidadã e uma pessoa mais humana. Faço questão de ser participante nas actividades, pois quero sempre retribuir todo o apoio que tenho recebido. Sou monitora das actividades do projecto com as crianças na escola. Ajudo-as com os trabalhos de casa, procurando sempre ser uma referência, um modelo a seguir pelos mais novos”.

“No bairro das Campinas, os moradores estão mais integrados na sociedade, porque o projecto tem prestado apoio em várias vertentes: alimentação, estudos, à família, orientação social e profissional... As pessoas sentem-se acarinhadas e ficam mais motivadas a mudar o comportamento para melhor”.

Marta Oliveira, 2011

Assumindo a sua responsabilidade social para com a comunidade de Ramalde, as ações e as atividades promovidas pelo Projeto Raiz ao longo do tempo nesta comunidade têm como princípio subjacente o sentido transformador dos projetos sociais no sentido de projetos pedagógicos (Carvalho & Baptista, 2004), promovendo a organização de respostas integradas e polivalentes que vão de encontro às necessidades da população, estabelecendo um efeito gerador de prevenção e de minimização dos fatores que originam a exclusão social e assumindo-se esta intervenção como um agente de desenvolvimento social e comunitário e de promoção da cidadania. É neste sentido que consideramos que a intervenção do Projeto Raiz, numa perspetiva de projeto socioeducativo, transpõe para a sua prática de intervenção uma sensibilidade relacional e uma consciência das múltiplas variáveis que condicionam a vidas das pessoas com quem trabalhamos. Por isso, reconhecemos na ação do Projeto Raiz o conceito de projeto de Carvalho e Baptista quando referem que torna-se necessário que os projetos tenham abordagens sistêmicas, holísticas, integradas e integradoras, e detenham uma capacidade para identificar, conhecer e valorizar os sujeitos da ação – a sua história, problemas, interesses, anseios e expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Raiz tem vindo a afirmar-se como um contexto privilegiado de desenvolvimento comunitário. Integrado num determinado território do concelho do Porto constitui um espaço promotor de práticas de construção de cidadania social junto das crianças e dos jovens mediante a realização de atividades no âmbito da Educação Não Formal. Constitui o exemplo de um projeto comunitário, concebido e implementado ao abrigo do Programa Escolhas, capaz de mobilizar crianças e jovens para a construção de trajetórias sociais com base na construção de expectativas face ao futuro. Deste modo, procura-se demonstrar a função da política social ao serviço da construção da cidadania junto das gerações mais novas, abrindo caminhos de inclusão juntos dos sistemas sociais fundamentais como, por exemplo, a educação.

Em termos globais, consideramos que a experiência de intervenção social do Projeto Raiz fundamenta-se no espírito humanista da pedagogia social enquanto projeto socioeducativo, sendo de destacar a forte relação de proximidade com a sua população, o envolvimento e a participação positiva das crianças, jovens e familiares nas dinâmicas do projeto e todo o trabalho desenvolvido em rede com as diversas instituições parceiras que têm contribuído de forma muito positiva para esta dinâmica sociocomunitária, tendo o Projeto Raiz vindo a constituir-se ao longo da sua intervenção como uma dinâmica de atuação socioeducativa que respeita os princípios fundamentais do desenvolvimento local numa dimensão educativa diversificada. Deste modo, procurou-se demonstrar que o trabalho comunitário, desenvolvido no âmbito de uma política social, possibilita uma (re) produção cultural facilitadora da inclusão social, criando *raízes de cidadania*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, J. & Baptista, I. (2010). *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. (1998). *La Sociedad del Riesgo Global*, Barcelona: Paidós.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1973). *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis.
- Bourdieu, P. e Loic Wacquant (2000). “A Nova Vulgata Planetária”, in *Le Monde Diplomatique*.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.
- Capucha, L.(2005). *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.

- Carvalho, A. D. & Baptista, I. (2004) *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*. Porto, Porto Editora.
- Corsaro, W. (1992) *we're friends, right? Inside kids Culture*, Washington: Joseph H. Press
- Corsaro, Peggy Miller (eds), (1992). *Interpretative approaches to children's socialization*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- Corsaro, W. (1993). *The Sociology of Childhood*, Thousand Oaks, Pine Forge Press, Sage publications.
- Dubar, Claude (1996) *La socialization*, Paris: Armand Colin, 1996.
- Fernandes, A. T. (1997) *A Sociedade e o Estado*, Porto: Edições Afrontamento.
- Giddens, A. (1999). *Para Uma Terceira Via*, Lisboa: Editorial Presença.
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção*, Cascais: Editora Principia.
- James, A., Jenks, Chris e Prout, Alan (2002). *Theorizing Childhood*, London: Polity Press.
- James, A. e Prout, Alan (1990). *Constructing and reconstructing childhood. Contemporary Issues in the sociological study of childhood*, London: The Falmer Press.
- Marshall, T. H. (1967) *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mozzicafreddo, J. (2002). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Pereirinha, José, (2003) "Economia Social e Estado-Providência", in *Intervenção Social*, nº 27, ISSS-Departamento Editorial.
- Pereirinha, José (2008). *Política Social. Fundamentos da Actuação das Políticas Públicas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Pinto, M. "A infância como construção social" in Sarmiento, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel (orgs), (1997) *As crianças. Contextos e identidades*, Braga, Centro de Estudos da Criança, col. Infans, pp. 31-74.
- Rodrigues, M. J. (2013) *A Europa Ainda é Possível*, Lisboa, Editorial Presença, 2013; Ministério das Finanças, Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017, abril de 2013.
- Rosanvallon, P. (1995) *La Nouvelle Question Sociale*, Paris :Seuil.
- Saramago, S. (2001). "Metodologias de pesquisa empírica com crianças" in *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 35, Lisboa: ISCTE, pp. 9-29.
- Sarmiento, M. J. (2000) "Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias" in *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, vol. 13 (2), pp.145-164.
- Sarmiento, M. J. e outros (2007). "Políticas Públicas e Participação Infantil", in *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 25, pág.189.
- Sen, Amartya K. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo :Companhia das Letras.
- Touraine, Alan (1996). *O Que É a Democracia?* Lisboa, Instituto Piaget, 1996
- Vasconcelos, T. (2007) *A Importância da Educação na Construção da Cidadania*, in *Revista Saber & Educar*, nº 12, Porto, ESE de Paula Frassinetti, pp.109-117.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Macedo, A. (2004). *Jovens Sem Escolhas: três anos a viver o Programa Escolhas*. Lisboa: Edição do Autor.
- Programa Escolhas (2011). *365 Histórias de Vida. 10 Anos de Programa Escolhas*. Lisboa: Programa Escolhas.
- Programa Escolhas (2009). *Regulamento Programa Escolhas*. Despacho normativo nº 17/2012. Diário da República, 2.ª Série – n.º 158 – 16 de Agosto de 2012.
- Projecto Raiz (2012). *Candidatura ao Programa Escolhas - Triénio 2013-2015*.
- Resolução de Conselho de Ministros nº 68/2012 (2012). Diário da República, 1ª Série – nº 154, 9 de Agosto de 2012.
- Resolução de Conselho de Ministros nº 4/2001 (2001). Diário da República nº 7, Série I-B, 9 de Janeiro de 2001.